

HABEAS CORPUS Nº 549.026 - MG (2019/0358630-6)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADOS : NÁDIA DE SOUZA CAMPOS - MG059101
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : EZEQUIEL MOISES DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de EZEQUIEL MOISES DA SILVA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (Agravado em Execução n. 1.0000.19.116264-3/000).

Consta dos autos que o Juízo das Execuções Criminais, ao unificar as reprimendas do sentenciado, determinou a conversão das penas restritivas de direito em privativa de liberdade.

Inconformada, a defesa interpôs agravo em execução perante a Corte estadual, mas o Tribunal negou provimento ao recurso (e-STJ fl. 75):

AGRAVO EM EXECUÇÃO – CONVERSÃO DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS EM PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE – MANUTENÇÃO – IMPOSSIBILIDADE DE CUMPRIMENTO SIMULTÂNEO DAS REPRIMENDAS – RECURSO DESPROVIDO. - A pena restritiva de direitos será convertida em pena privativa de liberdade apenas na hipótese do condenado sofrer condenação por outro crime à pena corporal e não for possível o cumprimento simultâneo das sanções, o que ocorre na espécie, sendo de rigor, portanto, a manutenção da r. decisão recorrida, por seus próprios fundamentos.

Nesta impetração, a Defensoria Pública sustenta ilegalidade na conversão das penas, após a unificação, tendo em vista que se não é possível ao sentenciado o cumprimento simultâneo de ambas as condenações (restritiva de

direito e privativa de liberdade), o correto é suspender a pena mais branda, até que tenha sido cumprida a pena mais grave, sob pena de afronta ao princípio da legalidade.

Alega, ainda, que conforme o art. 76 do Código Penal, no concurso de infrações, deve ser executar primeiramente a pena mais grave, assim, impossível seria a conversão da pena restritiva de direito em pena privativa de liberdade, devendo o reeducando cumprir primeiro a pena do crime mais grave e, apenas após, a pena restritiva de direitos.

Diante desses termos, requer, liminarmente, a suspensão dos efeitos do acórdão impugnado até o julgamento do presente *writ*. No mérito, pugna pela concessão da ordem, "para que seja executada a pena mais grave e posteriormente, sejam executadas as penas restritivas de direito, bem como a alteração de marco da última prisão em 29/9/2019, para a data da última condenação de 16/10/2017" (e-STJ fl. 10).

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, a medida antecipatória postulada praticamente confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator